

INFORME SOBRE VISITA ÀS ALDEIAS INDÍGENAS DE MARICÁ - 11/03/2022

No dia 11/03/2022 foram realizadas reuniões nas aldeias de Maricá (Mata Verde Bonita e Ara Hovy – Itaipuaçu) para tratar de ações voltadas à construção de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, com participação das seguintes instituições e pessoas: EMATER; FIPERJ; Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca de Maricá (SMAP); projeto Inova Maricá (parceria entre a prefeitura e a UFRRJ); membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e do CEDIND-RJ; pesquisadores e as lideranças indígenas locais.

Deu-se informe sobre o funcionamento, desde Novembro de 2021, do GT sobre Segurança Alimentar nas Aldeias do Estado do Rio de Janeiro que é coordenado pela Defensoria Pública do Estado (DPE-RJ) através do NUCORA (Núcleo de Combate ao Racismo e à Discriminação Étnico-Racial) que tem participação de Defensores Públicos, membros do CEDIND-RJ e que encaminhou convites a órgãos públicos estaduais e prefeituras que já fizeram a indicação de seus representantes.

Tem sido solicitado a realização de visita técnica às aldeias de Maricá, Angra dos Reis e Paraty por parte dos membros do GT da DPE-RJ (NUCORA) sendo indispensável a participação dos órgãos públicos federais (FUNAI, SESAI, ICMBIO), estaduais e municipais.

DIAGNÓSTICO PRELIMINAR E ENCAMINHAMENTOS

Na Mata Verde Bonita (São José de Imbassai) apontou-se como principais prioridades:

A comunidade tem cerca de 39 famílias, num total de 122 pessoas. Fomos recebidos pela Cacica Jurema e também participaram da reunião Miguel e Darci Tupã.

- **ÁGUA:** a necessidade de garantia de acesso à água potável foi apontada pela comunidade como o problema mais importante a ser resolvido. Atualmente, a prefeitura disponibiliza caminhão-pipa a cada 2 a 3 dias, o que é considerado insuficiente.

Os poços artesianos já existentes têm água salobra. Foi relatado que mulheres grávidas e com bebês pequenos que consumiram (ainda consomem ?) esta água salobra, inapropriada. Não se tem conhecimento se é feito prévio tratamento da água (cloração) disponibilizada por caminhão pipa. Há algumas caixas d'água no local.

- Foi informado sobre um estudo da SESAI que teria feito a marcação do veio de água dos poços artesianos, que após os testes ("choque na Terra" para marcar o veio da água subterrânea) não saiu do papel.

- **SANEAMENTO BÁSICO:** Foi indicada como prioridade a realização de uma reunião com a CODEMAR (Companhia de Desenvolvimento de Maricá) para tratar das ações e investimentos na área do saneamento básico e abastecimento de água que estão previstos para a aldeia no âmbito do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Foi informado que a maioria das moradias tem bacia de evapotranspiração construída com pneus, mas que não tem vedação interna (o que provavelmente está gerando contaminação do solo e talvez de poços por esgotos).

- PSICULTURA: a comunidade realiza pesca de tilápia na Lagoa e reivindica a construção de tanques de pescada (aquicultura, piscicultura).

A FIPERJ também informou sobre a possibilidade de dar assistência técnica à comunidade para implantação de tanques de pescada (aquicultura, piscicultura), sendo fundamental para isso solucionar a questão do acesso à água na comunidade (CODEMAR).

Foi relatado que, periodicamente, tem havido ações de fiscalização por parte dos órgãos ambientais (INEA e Secretaria Municipal de Meio Ambiente) que tem feito a apreensão de redes de pesca e a ameaça de criminalização dos indígenas que pescam; e falta informação sobre o período de defeso na Lagoa. É importante apontar alternativa de geração de renda para os indígenas durante o defeso que é o período em que a pesca está proibida para, com isso, proporcionar a reprodução dos peixes.

Foi apontada pela FIPERJ a existência de uma instrução técnica que disciplina a pesca na Lagoa, que porém é desconhecida pelos indígenas. É importante promover um diálogo da comunidade com o INEA, SMA de Maricá, SMAP e FIPERJ sobre o Plano de Ordenamento Pesqueiro da Lagoa.

- AGRICULTURA INDÍGENA: a comunidade reivindica o “direito de plantar” naquele território independente da solução definitiva a ser dada em relação ao imbróglio entre a prefeitura local e o resort espanhol (IDB Brasil) atualmente denominado resort “MARAEY GOLF” que ameaça destruir a APA (Área Proteção Ambiental) da Restinga de Maricá. Há 10 anos há um diálogo da comunidade com a prefeitura, com muitas idas e vindas neste período, sem dispor, até o momento, de uma solução definitiva quanto à demarcação da terra indígena.

- Nos últimos dias a EMATER fez coleta do solo na aldeia, que deverá ser analisado em laboratório da UFRRJ e PESAGRO para averiguar a acidez do solo já que o solo na aldeia é arenoso, argiloso.

A comunidade ficou de indicar as áreas a serem plantadas que deverá contar com o apoio técnico da EMATER e da SMAP; na reunião foram indicadas algumas variedades agrícolas mais utilizadas na agricultura Guarani; foi sugerido a criação de um Banco de Sementes e de viveiro de ervas medicinais já utilizadas pelos Guaranis; o CONSEA indicou a possibilidade de realizar encontro de troca de sementes na aldeia mobilizando agricultores e o movimento de Agroecologia e de Permacultura.

- A comunidade reivindica a doação de mudas e sementes de espécies frutíferas para plantio em regime de mutirão pela própria comunidade com apoio técnico dos órgãos públicos. É importante também adotar o plantio de espécies frutíferas oriundas do bioma Mata Atlântica.

- DEMARCAÇÃO DA TI: A APA de Maricá foi criada em 1984 pelo Decreto Estadual no. 7.230 de 23/04/1984 com 969,61 hectares e seu território abrange parte da Restinga de Maricá e do Sistema Lagunar, a Ponta do Fundão e toda a Ilha Cardosa.

O impedimento por longo período do “direito de plantar” (devido a este antigo conflito fundiário provocado pela possibilidade de implantação deste resort de luxo espanhol neste território protegido por seu valor ambiental, o que desde então tem provocado forte processo de especulação imobiliária das terras da região), foi apontado como um fator de depressão na comunidade (saúde mental) e tem provocado problemas de insegurança alimentar, assim como obstáculos ou impedimento da implantação por parte da prefeitura e outros órgãos públicos de algumas políticas públicas essenciais na

aldeia, tais como: saneamento básico, plantio de lavouras e instalação de outras benfeitorias fundamentais para a melhoria da qualidade de vida da comunidade local e para a reprodução da vida e na manutenção/preservação de sua cultura.

- GALINHEIRO: Foi reivindicado a implantação de Galinheiro na aldeia. Os representantes da comunidade informaram que existe disponível em Bertioga (SP) materiais da FUNAI ou da SESA para construção de galinheiro, mas que depende de caminhão para ser buscado!

Os presentes indagaram se a prefeitura ou o governo do estado poderiam resolver essa questão disponibilizando caminhão para buscar em SP o material para construir galinheiro na comunidade!

- APICULTURA: foi discutida a possibilidade de implantar caixas para produção de mel na aldeia.

- ERVAS MEDICINAIS: foi apontada a existência de várias espécies de uso medicinal na floresta situada no entorno da aldeia.

Foi reivindicado que o “o Índio seja colocado pra fazer a identificação dos remédios na restinga (APA)”.

Foi informado que o projeto Inova Maricá objetiva promover o mapeamento dos “mateiros” do município para atuarem na catalogação das espécies medicinais existentes no território municipal e no bioma Mata Atlântica.

Está em andamento pesquisa no campo da Etnobotânica, por estudante de Biologia da PUC Rio que esteve presente na reunião que tem por objetivo identificar as ervas medicinais (“plantas de cura”) utilizadas pelas mulheres Guaranis de Mata Verde Bonita.

- EDUCAÇÃO: a escola local funciona num contêiner. Foi informado que a prefeitura não pode fazer a escola definitiva porque a área não é documentada (falta concluir o processo de demarcação da terra indígena).

QUALIDADE DA ÁGUA CONSUMIDA NA ESCOLA INDÍGENA: Foi relatado que a água consumida na escola pelas crianças e professores é oriunda do caminhão pipa, e não dispõe de prévio tratamento no local (cloração), ou seja na própria aldeia. Os representantes do CONSEA presentes informaram sobre legislação específica que prevê a obrigatoriedade de disponibilização de água filtrada engarrafada para as escolas do município.

Nenhum dos presentes soube informar qual a origem da captação da água disponibilizada pelos caminhões-pipa que abastecem a comunidade e a escola local, assim como por qual nível prévio de tratamento que passa a água utilizada para consumo humano, conforme é determinado por portaria do Ministério da Saúde.

Segue a legislação pertinente:

PORTARIA GM/MS Nº 888, DE 4 DE MAIO DE 2021

Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

CAPÍTULO IV - DAS EXIGÊNCIAS APLICÁVEIS AOS SISTEMAS E SOLUÇÕES ALTERNATIVAS COLETIVAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

Art. 24 Toda água para consumo humano fornecida coletivamente deverá passar por processo de desinfecção ou adição de desinfetante para manutenção dos residuais mínimos, conforme as disposições contidas no Art. 32.

Parágrafo único. As águas provenientes de manancial superficial devem ser submetidas a processo de filtração.

Obs: Há necessidade do CEDINDRJ e do GT da DPE-RJ (NUCORA) solicitarem imediatamente esclarecimentos à prefeitura de Maricá sobre a origem e as condições de tratamento prévio da água consumida pela comunidade e em especial na escola indígena para que seja garantida sua potabilidade.

Na Aldeia Ara Hovy (Itaipuaçu) foram apontadas como principais prioridades:

A comunidade tem atualmente cerca de 9 famílias e em média 34 pessoas.

Há 13 crianças de 0 a 13 anos, sendo 4 bebês.

O Cacique Félix está em Aracruz (ES) em Olho D'água.

- ÁGUA: a falta de água para consumo no local foi também apontada como o principal problema nesta comunidade. Não há infraestrutura de saneamento básico adequada.

A prefeitura disponibiliza caminhão pipa que passa 2 vezes por semana na aldeia, o que é considerado um volume insuficiente de água para o consumo cotidiano de 34 pessoas.

A caixa d'água existente tem capacidade de 8 mil litros. Encontramos 2 das 3 caixas d'água descobertas (apesar de terem tampas) com a presença de matéria orgânica no fundo (folhas de árvores).

QUALIDADE DA ÁGUA CONSUMIDA NA ESCOLA INDÍGENA: Na Aldeia de Itaipuaçu, também foi informado que a água consumida na escola é oriunda do caminhão-pipa, sem dispor de prévio tratamento no local (cloração), ou seja na própria aldeia. Os representantes do CONSEA informaram sobre legislação específica que prevê a disponibilização de água engarrafada para as escolas do município.

Não se soube informar qual o manancial ou sistema de abastecimento em que é feita a captação de água disponibilizada pelos caminhões-pipa que abastecem a escola.

Foi relatado que há vários casos de crianças com sintomas como dor de barriga.

Obs: Há necessidade do CEDINDRJ e do GT da DPE-RJ (NUCORA) solicitarem imediatamente esclarecimentos à prefeitura de Maricá sobre a origem e as condições de tratamento prévio da água consumida pela comunidade e em especial na escola indígena, o que é fundamental para assegurar sua potabilidade e qualidade.

- LIXO: Foi observado problemas de gestão do lixo da aldeia que se encontrava espalhado em alguns pontos da comunidade. É importante averiguar junto à prefeitura

qual é a rotina de coleta do lixo da aldeia e se há previsão da realização de ações voltadas à educação ambiental e sanitária.

- SAÚDE: houve reclamações sobre a ausência de Agente de Saúde Indígena ou Agente Comunitário de Saúde.

- AGRICULTURA INDÍGENA: a presença da aldeia dentro de uma pequena área dentro dos limites do Parque Estadual da Serra da Tiririca é um impedimento para sua presença no local e inviabiliza o plantio de alimentos pela comunidade.

- DEMARCAÇÃO DA TI: Foi relatado que há quase 4, 5 anos a prefeitura tem prometido um novo espaço para instalação da aldeia: foi visitada uma fazenda no bairro Espreado que desde o final do ano passado estaria dependendo da aprovação da FUNAI.

Foi informado que já há um projeto da prefeitura que prevê a construção de 10 casas, escola, postinho de saúde na nova área onde será instalada a aldeia.

Para Vanderlei Weraxunu: “Sem o território não é possível a reprodução de nossa cultura.”

Em recentes reuniões do CEDIND foi dado informe que a definição sobre a destinação desta área seria concluída este ano, até abril, com sua assinatura durante as celebrações do Dia nacional dos Povos Indígenas. Seria importante solicitar uma nova reunião com os representantes da prefeitura de Maricá e os membros do GT e do CEDIND e da comunidade para avançar no cumprimento deste antigo compromisso.

Foi relatado que durante a pandemia, a empresa Cooperar fez doações de cestas básicas com legumes, frutas em média a cada 15 em 15 dias, e também houve doações oriundas do MST.

- EDUCAÇÃO: a professora Marta e a liderança Vanderlei Weraxunu relataram problemas na introdução do bilinguismo como parte do conhecimento intercultural junto à esta comunidade: atualmente 6 crianças frequentam a escola, uma vez que “a falta do território atrapalha o modo de vida dos adultos e das crianças”; “a falta de um espaço dificulta mostrar nosso modo de vida: a caça, pesca”;

Foi informado sobre o processo de implantação do projeto Inova Maricá, que através de um convênio firmado pela prefeitura de Maricá e a UFRRJ estará atuando no campo da Agroecologia em diversos eixos como Saúde e Ambiente e Economia Solidária e na construção de uma política de produção e distribuição de fitoterápicos no município, por meio da mobilização de diferentes atores locais e a valorização da produção de saberes e práticas locais, como a identificação das plantas e ervas utilizadas pelas comunidades no tratamento de saúde.

. *Segue em anexo as 2 listas de presença nas reuniões.

**Minuta de memória dos encontros realizados em 11/03/2022 nas aldeias de Maricá elaborada por Sérgio Ricardo Potiguara representante suplente do GRUMIN no CEDIND-RJ e mestrando do Programa de Pós-graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).